



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Vassouras

LEI N.º 3.098, DE 09 DE MAIO DE 2019.

**FIXA VALOR PARA PAGAMENTO DE
OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR/RPV
DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS,
NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
ART. 100, PARÁGRAFOS 3º E 4º.**

A Câmara Municipal de Vassouras aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Vassouras, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor, nos termos da Constituição Federal, art. 100, parágrafos 3º e 4º e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 97, parágrafo 12, inciso II, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente – Requisição de Pequeno Valor/RPV.

Parágrafo Único – Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que atinjam montante igual ou inferior a 15 (quinze salários mínimos).


Art. 2º - Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios recebidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - Não poderá ocorrer fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados pela Constituição Federal, art. 100, parágrafo 8º, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do art. 1º desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º - Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vassouras, 09 de maio de 2019.


Severino Ananias Dias Filho
Prefeito

Esta Lei é originária do Projeto de Lei nº 111/2019 de autoria do Poder Executivo.